

# Principais Julgados

## Jurisprudência<sup>1</sup>

**Ação Anulatória.** Débito previdenciário. Proposta pelo proprietário do imóvel. Contribuições não recolhidas até a conclusão das obras. Responsabilidade solidária do proprietário pelo cumprimento das obrigações previdenciárias. Ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contratante das obras. Regulamento Geral da Previdência Social. Apelação. Provimento. Reforma da sentença, para ser julgada improcedente a ação. Honorários de advogados fixados em 10% sobre o valor da causa. AC 43.385-RJ.

**Ação de Demarcação.** Cabe ao proprietário o direito de promovê-la, chamando a Juízo o confinante do seu imóvel, para que se esclareçam os limites dos dois prédios. Carência de Ação de Pretendente ao Aforamento, requerida pelas partes ao Serviço do Patrimônio da União. Ação Declaratória Incidental, para decisão, como questão prévia, sobre o direito ao Aforamento. Intempestividade. Provimento ao agravo. Extinção do processo sem julgamento do mérito. AI 38.577-RJ.

**Ação de Desapropriação.** Constituição de servidão. O expropriado não é obrigado a apresentar o seu título de domínio na oportunidade da contestação, podendo fazê-lo, posteriormente, ao ensejo do levantamento do preço, no termos do art. 34, combinado com o art. 33, § 2º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941. Agravo de instrumento. Improvimento. Confirmação do despacho agravado. AG 38.852-SP.

**Ação de Desapropriação.** Revelia do réu. Procedência. Pra instituição de servidão, fixado o justo preço da indenização, também em relação às benfeitorias, de acordo com o Laudo do Perito do Juízo, devidamente fundamentado, com o acréscimo de juros compensatórios, correção monetária e honorários de advogado, estes, concedidos ao usuários, na base de 10% sobre a diferença entre o preço da oferta e o da indenização. Recurso *ex officio*. Conhecimento. Improvimento. Confirmação da sentença. AC 36.645-RJ.

**Ação de Indenização.** Julgada procedente. Execução da sentença. Liquidação por cálculo do contador. Agravo de instrumento. Cabimento. Tempestividade. Conhecimento. Provimento para que se proceda a novo cálculo, com fiel observância do julgado exequendo, designando o Dr. Juiz Federal, para esse fim, pessoa dotada da necessária habilitação técnica, em face da complexidade da matéria. AG 38.199-PB.

1. Processos em que o Exmo. Sr. Ministro **Oscar Corrêa Pina** atuou como Relator.

\* Processos em que o Exmo. Sr. Ministro **Oscar Corrêa Pina** atuou como Revisor.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

**Ação de Indenização.** Pelo falecimento do filho menor do autor, de seis anos de idade, em consequência de atropelamento por um veículo do Exército. As pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas ao seguro obrigatório contra terceiros. Procedência do pedido. Condenação ao pagamento da importância de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), corrigida monetariamente, juros legais, a partir da citação, e honorários de advogado, fixados em 10% do apurado em liquidação. Recurso *ex officio*. Apelação. Improvimento. AC 32.550-MG.

**Ação de Indenização.** Proposta pela Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e Estrada de Ferro Perus - Pirapora S.A., cujos acervos, ou patrimônio líquidos, foram confiscados e incorporados à Fazenda Nacional, passando a constituir uma entidade vinculada à superintendência das empresas incorporadas ao patrimônio nacional, autarquia Federal, nos termos do Decreto nº 74.728, de 1974. Pertencendo os acervos, os patrimônios líquidos, das autoras à União Federal e integrando o órgão incumbido de administrá-los – Coordenadoria das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – a Administração Direta da União Federal. Competente é a Justiça Federal para processar e julgar a ação. Agravo de instrumento. Provimento. Reforma da decisão agravada. AG 38.833-SP.

**Ação de Manutenção de Posse.** Terreno da marinha. Não tendo sido manifestado interesse da União Federal, titular do domínio direto, que não interveio na ação, é competente, na hipótese, a Justiça local. Procedentes do Tribunal Federal de Recursos. CC 2.422-SC.

**Ação de Manutenção de Posse.** Terreno de Marinha. Competência da Justiça Federal Improcedência. Honorários de advogado, fixados em 20% do valor da causa. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença. Improcedência da ação, proposta a título de domínio. AC 34.691-MA.

**Ação de Repetição do Indébito.** Taxa de melhoramento dos portos. Mercadoria isenta de direitos. Não é adicional ao imposto de importação, mas uma taxa em sua definição legal, destinada a cobrir despesas portuárias. Não se compreende na isenção de imposto. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos. Improcedência da ação. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença. AC 35.655-RJ.

**Ação Executiva Fiscal.** Contribuições previdenciárias. A ação para cobrança não prescreve em cinco anos, mas em trinta anos, de acordo com o artigo 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, que continua em vigor. Recurso *ex officio*. Agravo de petição. Provimento. Reforma, em parte, da sentença. Rejeição dos embargos. Procedência da execução. AP 36.988-SP.

**Ação Executiva Fiscal.** Contribuições previdenciárias. Penhora. Decurso do prazo legal sem embargos. Procedência da ação e subsistência da penhora. Condenação



ao pagamento do principal, com os acréscimos legais. Honorários de advogado, fixados em 2% (dois por cento), à vista do valor do pedido e da ausência de defesa. Agravo de petição admitido como apelação. Improvimento. Confirmação da sentença. AC 37.071-MG.

**Ação Executiva Fiscal.** Contribuições previdenciárias. Responsabilidade do proprietário, que realizou a obra, assumindo a posição do construtor. Contribuinte obrigatório da Previdência Social. Procedência da execução. Agravo de petição. Improvimento. Confirmação da sentença. AP 36.910-SP.

**Ação Executiva Fiscal.** Decreto-Lei 960, de 1938. Imposto de renda. Sequestro. Ausência de defesa. Conclusão dos autos no decurso do prazo legal para embargos. Nenhuma alegação do réu. Procedência da execução. Agravo de petição. Improvimento. Confirmação da sentença. AP 38.101-SP.

**Ação Executiva Fiscal.** Decreto-Lei nº 960, de 1938. Penhora. Embargos. Extinção da execução, em face do cancelamento da dívida, que se referia ao imposto do selo, extinto anteriormente. Remessa *ex officio*. Confirmação da sentença. REO 40.869-RJ.

**Ação Executiva Fiscal.** Embargos. Instituição de educação. Imunidade tributária. Improcedência da ação. Em face da prova pericial. Recurso *ex officio*. Improvimento. Confirmação da sentença. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Mesmo quando tenha requerido o pagamento parcelado, pode o contribuinte, ou seu sucessor, argüir, judicialmente, a ilegalidade da tributação. AP 36.700-SP.

**Ação Executiva Fiscal.** Imposto de renda. Desclassificação da escrita. Arbitramento do lucro. Embargos. Procedência, em face da prova pericial, no sentido de que, embora em atraso a escrituração dos livros “diário” e “registro de inventário”, existiam outros elementos contábeis que permitiam a apuração do lucro real, sobre o qual incidiria a tributação, elementos que estavam em harmonia com o balanço geral apresentado à delegacia da receita federal. Recurso *ex officio*. Improvimento. Confirmação da sentença. AP 36.569-SP.

**Ação Executiva Fiscal.** Penhora. Embargos. Extinção do processo, insubsistente a penhora, em face do cancelamento da dívida, de valor inferior a trezentos cruzeiros. Remessa *ex officio*, confirmação da sentença. Não cabia ao devedor comprovar que não procederia com dolo, fraude ou simulação. AP 36.999-RJ.

**Ação Ordinária.** Contra União Federal, para indenização de danos decorrentes de imprudência de aviador da Força Aérea Brasileira. Procedência. Confirmação da sentença. Trânsito em julgado. Liquidação. Procedência. Fixado o valor da pensão mensal em 2/3 dos salários-mínimos vigentes da data do acidente à da sentença, verificáveis ano a ano, pagas a pensões vencidas, de uma só vez, com os juros legais. Pagamento de despesas de hospital e assistência médica e

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

farmacêutica, inclusive para a cirurgia plástica, a que a autora se submetera, e indenização, a título de dote, pelas deformações físicas, com acréscimo de juros legais e de correção monetária, observados os índices oficiais. Embargos de declaração. Recebimento. Pagamento das pensões vencidas, de uma só vez, de acordo com o salário-mínimo vigente à data do trânsito em julgado da sentença que decidiu a liquidação, com juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano. Recurso ex officio. Conhecimento. Confirmação da sentença. AC 37.613-PR.

**Ação Ordinária.** Ex-combatente, integrante da Força Expedicionária Brasileira. Promoção e Reforma. Perícia médica. Psicose maníaco-depressiva de natureza crônica. Relação de causa e efeito. Incapacidade definitiva para todo e qualquer trabalho, impossibilitado o autor de prover os meios de sua subsistência. Procedência da ação, em parte, reconhecido ao autor o direito a promoção a terceiro sargento e a reforma com os vencimentos de segundo sargento, bem como ao auxílio-invalidez e a gratificação de campanha. Remessa de ofício. Apelação. Provisão, em parte, da interposta pelo autor, para lhe ser reconhecido o direito a promoção a cabo e a promoção, pela incapacidade verificada, ao posto de segundo sargento, graduação imediata, para esse efeito, com vencimentos do posto de primeiro sargento, graduação subsequente na hierarquia normal, além das vantagens previstas no parágrafo único do mesmo dispositivo legal. Precedentes do Tribunal Federal de Recursos. AC 40.194-RJ.

**Ação Ordinária.** Para cobrança da importância correspondente a benefícios da legislação de amparo a pecuaristas cassados por sentença judiciária com trânsito em julgado. Procedência. Apelação. Desistência da ação, por haver sido recolhida aos cofres públicos a quantia reclamada. Homologação. AC 32.096-RN.

**Ação Ordinária.** Reforma de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira. Exame pericial. Extinção do processo, sem julgamento do mérito, de acordo com o art. 267 do CPC. Agravo de instrumento. Provisão, para que, encerrada a instrução, a causa tenha prosseguimento e seja julgada no mérito, como de direito. AG 38.754-RS.

**Ação Penal.** Apropriação de importâncias em dinheiro destinadas ao pagamento de contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social. Procedimento do acusado mantendo em engano a vítima, mediante a utilização de guias de recolhimento da quitação falsificada. Não comprovada a autoria da falsificação, procede a denúncia em relação ao crime de estelionato. Confirmação da sentença. ACR 2.949-SP.

**Ação Penal.** Competência da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, onde se realizou a apreensão e foi preso o acusado, quando tinha em seu poder mercadoria (noventa relógios), de procedência estrangeira, sem documentação fiscal. Incompetência relativa, *ratione loci*, se procedente a alegação, não argüida, oportunamente, em exceção. Saída de mercadoria da Zona Franca de Manaus,



sem autorização legal expedida pela autoridade competente. Modalidade do crime de contrabando definida nem lei. Procedência da denúncia. Confirmação da sentença. ACR 2.813-SP.

**Ação Penal.** Falsificação, venda e uso de certificados de conclusão dos primeiro e segundo ciclos do ensino secundário e do curso de madureza. Inexistência de dano a interesse concreto da União Federal. Competência da justiça local. Precedentes do Tribunal Federal de Recursos. CC 2.487-SP.

**Ação Penal.** Funcionário público, lotado em junta comercial, que falsificava certificado de regularidade de situação, perante a Previdência Social, para efeito de arquivamento de alteração de contrato. Apelação. Provimento. Reforma da sentença, para condenação do acusado, tecnicamente primário, à pena de dois anos e quatro meses de reclusão, em face da confissão judicial, confirmada plenamente na instrução, especialmente pelo laudo pericial. ACR 2.761-SP.

**Ação Penal.** Improcedência, nos termos do art. 386, inc. III, do CPP. O simples preenchimento e conseqüente atestação de fichas necessárias à regular concessão, pela SUNAB, de quota de resíduo de trigo, com dados cuja veracidade não foi elidida, não constitui infração penal. ACR 3.106-MA.

**Ação Penal.** Peculato. Falsificação de documento público. Procedência da denúncia. Extinção da punibilidade pela prescrição, decretada em primeira instância sem recurso do Ministério Público. Confirmação da sentença. ACR 2.437-SC.

**Ação Penal.** Procedência. Condenação, no grau mínimo, por crime praticado em detrimento de serviços ou interesse da Caixa Econômica Federal. Competência da Justiça Federal. Pedido de revisão. Não conhecimento, preliminarmente, por incabível, em não ocorrendo uma das hipóteses previstas no art. 621, incisos I, II e III, do CPP. Reexame dos mesmos fatos apreciados anteriormente em função da prova. Inadmissibilidade. RCR 305-PE.

**Ação Penal.** Tráfico de entorpecentes. Competência da Justiça Estadual em primeira instância. Procedência da denúncia, em face da prova. Condenado um dos acusados a dois anos de reclusão e o outro à pena de uma ano de reclusão, aquém do mínimo legal. Inexistência de recurso do Ministério Público. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença. Não é possível a *reformatio in pejus*. ACR 3.143-MT.

**Ação Penal.** Tráfico de tóxicos, resistência e contrabando. Improcedência da ação. Apelação. Provimento, em parte, para se julgar procedente a denúncia, porquanto comprovadas a autoria e a materialidade, quanto aos dois primeiros acusados, em relação à primeira das mencionadas infrações penais. Reincidência específica. Fixação da pena. ACR 3.100-SC.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

**Civil e Processual Civil.** Palácio da Guanabara (antigo Palácio Isabel). Ação de força velha. Ação reivindicatória não prescreve enquanto o titular do direito não o houver perdido por efeito da prescrição aquisitiva. Processo arquivado sem determinação judicial. Falta de impulso oficial. AC 25.448-RJ.

**Coisa Julgada.** Manutenção de sentença, que declarou extinta ação penal, sob fundamento de que pelo mesmo fato, já haviam os apelados sofrido condenação em outro processo. ACR 2.656-RJ.

**Conflito de Competência.** Ação Penal. Tóxicos. Inocorrência de cooperação internacional na prática da infração. Competência da Justiça Estadual. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos. CC 2.517-MT.

**Conflito de Competência.** Crime praticado em detrimento de serviço e interesse do Instituto Nacional de Previdência Social. Expedição de certificados de quitação ideologicamente falsos. Procedência do conflito. Competência da Justiça Federal. CC 2.552-PR.

**Conflito de Competência.** Crime praticado em detrimento de serviço e interesse do Instituto Nacional de Previdência Social. Expedição de certificados de quitação, ideologicamente falsos. Procedência do conflito. Competência da Justiça Federal. CC 2.525-PR.

**Conflito de Competência.** Empreiteiro de imóvel rural que se apropria de certa importância destinada ao pagamento de trabalhadores. Inocorrência das hipóteses previstas no art. 4º do Estatuto do Trabalhador Rural e no art. 203 do CP. Crime de apropriação indébita. Lesão ao patrimônio alheio. Competência da Justiça Estadual. CC 2.492-SP.

**Conflito de Competência.** Inquérito policial instaurado para apuração de crimes praticados por funcionários públicos estaduais. Competência da Justiça local. Irrelevante, para este efeito, a referência a que um dos indiciados praticara também o crime de contrabando. Remessa de cópia de peças do inquérito ao Departamento de Polícia Federal. Pedido do Ministério Público em primeira instância. Não atendimento. CC 2.574-RS.

**Conflito Negativo de Competência.** Ação de demarcação na qual se pede a citação da União Federal. Imóvel situado em área de terrenos de marinha. Competência da Justiça Federal. Improcedência do conflito. CC 2.878-CE.

**Conflito Negativo de Competência.** Ação de manutenção de posse proposta por particular contra comissão nacional de energia nuclear, autarquia federal (Lei nº 4118/62, artigo 3º), que exercia a posse por concessão do antigo estado de Guanabara, imitado na mesma em ação de desapropriação em curso na justiça estadual. Competência da justiça federal (constituição, artigo 125, inciso I). Procedência do conflito. CC 2.410-RJ.



**Conflito Negativo de Competência.** Dr. Juiz Auditor Substituto da Quinta Circunscrição Judiciária Militar e Dr. Juiz Federal da Segunda Vara. Adulteração de Certificado de Reservista de outrem, não usado contra a Administração Militar ou o Serviço Militar. Inocorrência da hipótese prevista no art. 311 do COM. Competência da Justiça Federal. CC 2.580-PR.

**Conflito Negativo de Competência.** Dr. Juiz de Direito da Comarca de Abaeté e Dr. Juiz Federal da Quarta Vara. Ofensa a servidor da Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), que não se encontrava em atividade funcional. Desrespeito à honra subjetiva do homem, não do servidor público. Inexistência denexo causal exclui o desacato *in officio*. Competência da Justiça Estadual. CC 2.549-MG

**Conflito Negativo de Competência.** Dr. Juiz de direito da terceira vara criminal de Florianópolis e Dr. Juiz federal em Santa Catarina. Emissão de cheques sem provisão em compra de mercadorias e companhia brasileira de alimentos (Cobal), considerada empresa pública federal. Inocorrência de prejuízo, porquanto, por força de deliberação administrativa, o encarregado dos supermercados é responsável pelo recebimento de cheques dados em pagamento. Irrelevância desse aspecto. Competência da Justiça Federal (Constituição, artigo 125, inciso IV). CC 2.449-SC.

**Conflito Negativo de Competência.** Dr. Juiz Presidente da Décima Segunda Junta de Conciliação e Julgamento e Dr. Juiz Federal da Oitava Vara. Reclamação trabalhista. Execução de sentença. Intervenção da União Federal como assistente da executada – Companhia Paulista de Celulose – COPASE, cujo acervo foi incorporado ao Patrimônio Nacional. Competência da Justiça do Trabalho. CC 2.556-SP.

**Conflito Negativo de Competência.** Reclamação trabalhista. Proposta contra o governo de território federal. No âmbito do art. 110 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, não compreendem os territórios federais. Competência da Justiça do Trabalho. Improcedência do conflito. CC 2.623-RO.

**Contrabando.** Agulhas para crochê de procedência estrangeira remanescentes de antigo estabelecimento comercial. Transferência sem ônus. Ausência de dolo. Confissão do acusado. Absolvição, em face das circunstâncias do caso. Não caracterizada a infração definida no art. 334, § 1º, alínea *d* do Código Penal. Confirmação da sentença, de acordo com o parecer do Ministério Público. ACR 2.559-CE.\*

**Contrabando.** Código Penal, art. 334, § 1º, alíneas *c* e *d*. Apreensão de mercadorias de procedência estrangeira sem comprovação de sua entrada regular no país. Declarações de um acusado contra outro, sem apoio em outros elementos de

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

convicção, não autorizam a condenação. Procedência da denúncia em relação ao transportador das mercadorias. Confirmação, nessa parte da sentença. ACR 2.646-PR.

**Contrabando.** Denúncia. Apreensão do navio cipriota “Tempesta” e de grande quantidade de mercadorias de procedência estrangeiras desacompanhadas de documentação legal. Incompetência de foro *ratione loci*. Reiteração. Inexistência de justa causa. Não pode a alegação ser apreciada no âmbito restrito do *habeas corpus*, pois depende do exame aprofundado da prova. *Habeas corpus*. Denegação. HC 3.864-PE.

**Contrabando.** Falsidade ideológica. Apreensão de mercadorias de procedência estrangeira, sem documentação legal, transportadas de Porto Velho para São Paulo. Falsificação de notas fiscais para se dar à operação aparência de legalidade. Confissão, também na fase judicial, corroborada pela prova. Procedência da ação. Confirmação da sentença. ACR 2.672-SP.

**Contrabando.** Via marítima. Consuma-se o crime no momento em que o navio ingressa em águas territoriais do Brasil. Competência da Justiça Federal, no foro da Seção Judiciária do Estado onde localizado o primeiro porto em que entra a embarcação. Competência, na hipótese, do foro da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, pois, além de apressado, haver sido o navio conduzido ao Porto do Recife, nesta cidade se procedeu à apreensão das mercadoria e à prisão do paciente. Em caso de dúvida quanto ao local onde apreendida a embarcação, se em águas do Estado de Alagoas ou do Estado de Pernambuco, regula-se a competência pelo princípio da prevenção. *Habeas corpus*. Denegação. HC 3.813-PE.

**Contrato de Financiamento.** Alienação fiduciária. Subrogação. Registro, para validade contra terceiros, no registro de títulos e documentos. Tendo pago a dívida, a autora, avalista, se sub-rogou, de pleno direito, tanto no crédito como na garantia constituída pela alienação fiduciária. Ilegalidade do ato de declaração de perda do veículo transportador de mercadoria em contrabando. Não se aplica a pena de perda do veículo quando este conduzir mercadoria sujeita à pena de perda, se pertence ao responsável por infração punível com aquela sanção. Apelação. Provimento. Reforma da sentença. Procedência da ação. AC 35.742-PR.

**Crime de Concussão.** Consuma-se o delito com a só exigência de vantagem indevida, cuja efetiva percepção é irrelevante à tipicidade. Procedência da ação. Confirmação da sentença. ACR 2.769-PR.

**Crime de Falsum.** Falsificação de assinatura de servidor da Caixa Econômica Federal em cheque emitido contra o Banco do Brasil. Desistência eficaz e voluntária reconhecida por não haver o acusado utilizado o documento e ter



depositado no mesmo dia em sua conta a mesma importância constante do cheque. Doença mental do réu, afirmada pelo laudo pericial. Improcedência da denúncia. Confirmação da sentença. ACR 2.677-MG.

**Crime de *Falsum*.** Forma continuada. Adulteração de guias de acidente do trabalho e de lançamentos em carteira profissional, visando ao recebimento indevido de benefícios da legislação previdenciária. Confissão, na fase policial, em harmonia com a prova produzida na instrução. Laudo pericial conclusivo. Procedência da denúncia. Apelação. Réu em liberdade. Confirmação da sentença. Inocorrência de extinção da punibilidade pela prescrição. ACR 2.778-SP.

**Crime de *Falsum*.** Representação sobre ocorrência do crime. Inquérito policial incompleto. Ausência de prova técnica. Pedida pelo representante. Relatório no sentido de que o autor da representação – juiz do trabalho – incidira em denúncia caluniosa. Devolução do inquérito para diligências complementares, necessárias ao esclarecimento dos fatos descritos na representação. AP 19-RS.

**Denúncia.** Procedência, pelo voto médio, quanto ao crime de extorsão (CP, art. 158 e § 1º). Pedido de revisão. Improcedência. Decisão devidamente fundamentada, de fato e de direito. Sem apoio legal a pretendida desclassificação para o crime de estelionato, pois, na hipótese, o agente obteve vantagem ilícita mediante violência e grave ameaça contra a vítima. RCR 348-SP.

**Desapropriação Indireta.** Prescrição. Rejeição. Enquanto o expropriado não perde o domínio, por efeito de usucapião do expropriante, vale o princípio constitucional sobre o direito de propriedade e o direito à indenização e tem ele a ação de desapropriação indireta. Procedência do pedido. Fixado do justo preço da indenização, de acordo com o laudo pericial. Juros compensatórios. Correção monetária. Honorários de advogado. Recurso *ex officio*. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de modo inequívoco, reconheceu o direito à indenização. AC 37.224-PR.

**Desapropriação.** Justo preço da indenização, fixado de acordo com o laudo fundamentado do perito oficial. Honorários de advogado, arbitrados em 10% sobre a diferença entre o valor proposto e o estabelecido na sentença. Apelação. Provimento, em parte, por maioria de votos, da interposta pelos expropriados, para que os honorários de advogado se calculem sobre a diferença entre o preço oferecido e o da indenização corrigido monetariamente. Correção monetária concedida, de ofício, a partir da data do laudo. AC 38.798-RS.

**Desapropriação.** Procedência. Fixação do justo preço da indenização, nos termos do preceito constitucional, de acordo com o laudo do perito, devidamente fundamentado. Apelação. Confirmação da sentença. AC 37.336-MG.

**Dissídio Coletivo.** Servidores de autarquias e empresas públicas federais. Impossibilidade jurídica do pedido. A União Federal, suas autarquias e empresas

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

públicas não constituem categorias econômicas, não estão sujeitas à regra processual do dissídio coletivo, nem seus servidores são sindicalizáveis. Arquivamento. DC 001-RJ.

**Embargos de Declaração.** Rejeitados, pelo Dr. Juiz Federal, por inexistente a omissão alegada. Agravo de instrumento. Conhecimento. Improvimento. AG 38.214-PI.

**Execução Fiscal.** Contra massa falida. Não é exigível o pagamento de multa, ainda que moratória, *ex vi* da regra do art. 23, par. único, inc. III, da Lei de Falências, de acordo com a exegese adotada pelo Supremo Tribunal Federal, que revogou o Verbete 191 da Súmula de sua jurisprudência. REO 44.861-SP.

**Execução Fiscal.** Contribuições previdenciárias devidas ao Fundo de Assistência ao Trabalhador. Arguição de inconstitucionalidade porque as contribuições teriam sido calculadas sobre o mesmo valor que servira de incidência para o imposto sobre circulação de mercadorias, de competência impositiva estadual. Procedência da ação, na ausência de prova inequívoca em contrário à presunção de liquidez e certeza do título de dívida. Apelação. Improvimento. Constitucionalidade das contribuições previdenciárias instituídas para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). AC 38.075-PR.

**Execução Fiscal.** Embargos de terceiro. Intempestividade. Responsabilidade do sócio. “Remessa *ex officio*”. Não caracteriza decisão contrária à União, sujeita à obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição (CPC, art. 475, II) a omissão da sentença quanto à condenação do embargante em honorários de advogado, por aquela não pleiteada. Na impugnação aos embargos. Improcedentes os embargos de terceiro se, além de não provada a integralização do capital social, não foram encontrados bens da sociedade, da qual o embargante é sócio, que deixou de funcionar. Sem dissolução regular. Se assim não fosse, intempestivos seriam os embargos de terceiro, oferecidos depois de 5 dias da ciência da penhora (art. 42, DL 960/38); inaplicabilidade do Código de Processo Civil, de 1973, que ao entrar em vigor já encontrou precluso o prazo para os embargos. AC 39.089-SP.

**Execução Fiscal.** Embargos. Rejeição. Procedência da execução, em parte. Acréscimos legais. Remessa *ex officio*. Conhecimento. Reforma, em parte, da sentença. Procedência *in totum* do pedido, inclusive quanto ao valor constante de certidão de dívida não assinada pelo funcionário que a extraiu, mas autenticada pelo Procurador da Fazenda Nacional. Excluída a condenação em honorários de advogado (10%), por haver sido condenado o réu ao pagamento da taxa prevista no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 1969, que era devida em substituição aos honorários. REO 46.467-MG.

**Execução Fiscal.** Infração ao art. 171 da Consolidação das Leis do Trabalho. Embargos. Requisição do processo administrativo para que as partes



requeresses o traslado de peças. Devolução do processo, sem qualquer manifestação da embargante. Rejeição dos embargos. Procedências da execução. Apelação. Cerceamento de defesa. Inexistência. Prescrição. Arguição sem fundamento legal, pois o prazo prescricional de dois anos, previsto no art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, somente se aplica nos casos de reparação decorrentes da relação de emprego. Improvimento do recurso. Confirmação da sentença. AC 41.513-SP.

**Execução Fiscal.** Multa por infração aos arts. 1º e 10 da Lei nº 4.923, de 1965, que instituiu o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados. Improcedência, em face da prova pericial, que concluiu pela inocorrência da infração atribuída à executada. Remessa *ex officio*. Confirmação da sentença. REO 44.400-SP.

**Execução Fiscal.** Procedência, arrematação. Anulação, por não haver o arrematante pago no prazo legal o preço da arrematação, cujo pagamento sustara. Imposição de multa e proibição ao arrematante para licitar novamente. Apelação. Provimento, em parte, para cancelamento da multa e da proibição, em face das circunstâncias do caso. AC 38.130-DF.

**Execução Fiscal.** Procedência, em parte, quanto ao PIS (Lei Complementar nº 07/70), em face da prova produzida com os embargos. Remessa *ex officio*. Conhecimento. Confirmação da sentença. REO 46.634-SP.

**Execução Fiscal.** Recurso. Perícia. Proferida a sentença na vigência do Decreto-lei nº 960/38, o recurso cabível do julgamento dos embargos opostos à execução era o de agravo de petição conhecimento como tal, da aplicação interposta. Deferida a prova pericial, requerida pelo executado, essencial à demonstração da procedência dos seus embargos, dela não poderia desistir a Fazenda Nacional; além disso, se o Perito não compareceu à diligência, deveria ser substituído, ou ordenada a renovação de sua notificação, não cabendo à parte trazer o mesmo a cartório. Anulação do processo, a fim de ser realizada a perícia. AC 37.849-SP.

**Fraude Processual.** Hipótese em que o acusado, induzindo a outrem em erro, preparou e executou todos os lances de uma bem montada fraude, com o desvio de móveis penhorados em ação executiva fiscal, em prejuízo da administração da Justiça, objeto da tutela jurídica. Procedência da denúncia. Réu em liberdade provisória, mediante fiança. Apelação, sem oferecimento de razões. Conhecimento. Confirmação da sentença, pelos seus próprios fundamentos. ACR 2.667-PR.

**Habeas Corpus.** Ação criminal. Denúncia. Não é inepta a que descreve fatos relevantes em seu aspecto penal. Com os requisitos exigidos no art. 41 do CPP, qualquer omissão, se existente, poderá ser suprida antes da sentença. A alegação de falta de justa causa, envolvendo o exame profundo da prova, não pode ser

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

examinada, de plano, no âmbito restrito do *habeas corpus*. Servidor de empresa pública. É equiparado a funcionário público para os efeitos penais. *Habeas corpus*. Denegação. HC 4.051-RS.

**Habeas Corpus.** Ação penal contra deputado à Assembléia Legislativa por crimes praticados em prejuízo de interesse da União Federal ou de suas autarquias. A regra adotada na Constituição do Estado, atribuindo foro privilegiado aos membros da Assembléia Legislativa nos crimes comuns, não pode prevalecer, na hipótese, em face do artigo 125, inciso IV, da Constituição Federal, que atribui competência à Justiça Federal, em primeira instância, para processar e julgar infrações penais praticadas em prejuízo de bens, serviços ou interesse da União ou de suas autarquias ou empresas públicas. *Habeas corpus*. Inocorrência de constrangimento ilegal. Denegação. HC 3.710-MA.

**Habeas Corpus.** Ação penal em andamento em Juízo de Direito de comarca do interior. Inquérito, policial, sobre os mesmos fatos, ainda não concluído, em comarca de outro Estado. Incompetência do Tribunal Federal de Recursos. Remessa dos autos ao Tribunal de Justiça ao qual está vinculado, hierarquicamente, o Dr. Juiz de Direito que recebeu a denúncia. HC 3.636-MG.

**Habeas Corpus.** Ação penal. Expedição de carta precatória para inquirição de testemunha da acusação, em intimação da defesa. Nulidade relativa. Somente deve ser decretada quanto inequívoca a prova de prejuízo, matéria estranha ao âmbito restrito do *habeas corpus*, a ser examinada, oportunamente, com amplitude, no recurso de apelação. Impedimento do representante do Ministério Público. Inexistência. Falta de interesse de co-réu em argüi-lo, porquanto não colidentes as defesas. Aplicação da mesma pena a outros acusados, que, segundo a sentença, se encontravam na mesma situação, com igual intensidade de dolo. Inexistência de contrariedade à regra do art. 42 do Código Penal. Fixação da quantidade de pena aplicada. Matéria a ser examinada em apelação. *Habeas corpus*. Inocorrência de constrangimento ilegal. Denegação. HC 3.793-PA.

**Habeas Corpus.** Ação penal. Prisão preventiva. Excesso de prazo, não justificado superior a sete meses. Encerramento da instrução, estando em aberto os prazos dos arts. 499 e 500 do Código de Processo Penal. Mora judicial. Concessão de ordem. HC 3.753-RS.

**Habeas Corpus.** Ação penal. Tráfico de drogas. Contrabando de outras mercadorias e resistência a mão armada contra agentes da polícia federal. Em concurso material. Conexão. Competência da Justiça Federal (código de processo penal, artigos 76, I e II, 78, IV e 79). Auto de prisão em flagrante. Inexistência de nulidade por haverem figurado como testemunhas agentes policiais que participaram da diligência. *Habeas Corpus*. Denegação. HC 3.716-SC.



**Habeas Corpus.** Concessão para serem postos em liberdade os pacientes, em consequência da nulidade do auto de prisão em flagrante, lavrado por autoridade de circunscrição diversa daquela em que ocorrera o fato. RHC 3.728-PR.

**Habeas Corpus.** Denúncia oferecida, por crime de contrabando, em co-autoria, com base em prova documental colhida em autos judiciais. Legalidade do procedimento. Recebimento da denúncia, por atender às exigências legais. Existência, ou não, de vínculo de co-autoria. Matéria estranha ao âmbito restrito do *habeas corpus*, a ser examinada na ação instaurada. Instrução contraditória. A regra somente se aplica na fase judicial, não se estendendo, pois, ao inquérito policial, às peças informativas da denúncia ou a qualquer ato de investigação pré-processual. *Habeas corpus*. Inocorrência de constrangimento ilegal. Denegação. HC nº 3.676-SP.

**Habeas Corpus.** Denúncia por crimes. Concussão e corrupção passiva. Praticados em detrimento de serviços e interesses do INPS. Competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação (Constituição, artigo 125, inciso IV). Deferimento de HC. Para a anulação da sentença, pela incompetência da Justiça estadual, determinada a remessa dos autos à Justiça Federal na seção judiciária do RJ. HC 4.028-RJ.

**Habeas Corpus.** Denúncia. Recebimento. Errônea qualificação jurídica, em relação à segunda das infrações mencionadas (estelionato), que não teria ocorrido, defeito que, se existente, não torna inepta a denúncia, porquanto poderá ser corrigido antes da sentença. Além de que o acusado se defende do fato que se lhe imputa, não da classificação constante da denúncia. Excesso de prazo para encerramento da instrução, a que deu causa a própria defesa, não caracteriza constrangimento ilegal. Precedência do STF. *Habeas corpus*. Denegação. HC 4.086-GO.

**Habeas Corpus.** Desclassificação do crime de contrabando para o de falso testemunho. Nos termos do artigo 383 do Código de Processo Penal. Sem necessidade da providência determinada no artigo 384, pois na denúncia se continha o fato que possibilitou a nova definição jurídica. *Habeas corpus*. Denegação. HC 4.002-PA.

**Habeas Corpus.** Despacho que não admitiu a apelação porque o acusado não se recolhera a prisão. Denegação de HC. Embora primário o paciente, satisfeito, assim, um dos requisitos para a concessão do benefício. A sentença não reconhecera tivesse ele bons antecedentes (Código de Processo Penal, artigo 594, com a nova redação dada pela lei nº 5.941 de 1973). HC 3.829-PA.

**Habeas Corpus.** Divergência entre a versão dos fatos descrita na denúncia e a constante da impetração. Inidoneidade para apreciação de matéria de fato. Denegação da ordem. HC 3.739-SP.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

**Habeas Corpus.** Pedido de relaxamento de prisão preventiva. Indeferimento. Homicídio. *Habeas corpus*. Julga-se prejudicada a impetração, por motivo superveniente, se decretada a pronúncia do paciente. HC 3.822-PE.

**Habeas Corpus.** Preventivo. Ocorrência de justo receio de prisão sem apoio legal. Deferimento, sem prejuízo de dever o paciente atender as intimações para prestar informações ou esclarecimentos em inquérito policial. Recurso de ofício. Confirmação da sentença. HC 4.032-PE.

**Habeas Corpus.** Prisão em flagrante. Ação penal. Procedência. Apelação. O art. 594 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pelo art. 1º, da Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973, somente é aplicável na hipótese de prisão imposta ao réu como requisito para apelar. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos. HC 3.640-GO.

**Habeas Corpus.** Prisão preventiva decretada, a requerimento do Ministério Público, cujas razões foram tidas como relevantes, para o regular processamento da instrução. Despacho fundamentado (código penal, arts. 311, 312 e 315). Réus foragidos, presos, anteriormente, em flagrante. *Habeas corpus*. Ausência de constrangimento ilegal. Denegação. HC 3.649-RJ.

**Habeas Corpus.** Réu primário e de bons antecedentes, como reconhecido na sentença condenatória, deve aguardar em liberdade o julgamento da apelação. Porquanto satisfeitos os requisitos do artigo 594 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 5.941, de 1973. *Habeas corpus*. Deferimento. HC 4.031-RS.

**Habeas Corpus.** Sentença concessiva. Recurso interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Não conhecimento, preliminarmente, pela ilegitimidade da recorrente. Prisão administrativa. Nulidade do ato que a decretou. Não pode autorizá-la o diretor de empresa pública. Prerrogativa do Estado. Ausência de fundamentação. Recurso de ofício. Improvimento. RHC 3.722-PR.

**Importação.** Multa prevista em lei. Não se legitima a sua imposição em hipótese em que a mercadoria foi embarcada no exterior anteriormente à expedição da guia de importação, mas submetida a despacho no prazo de validade do documento. Mandado de segurança. Deferimento. Remessa de ofício. Apelação. Confirmação da sentença. AMS 77.172-SP.

**Importação.** Processamento de despacho aduaneiro (Decreto nº 59.832, de 1966, art. 116). Inexistência de excesso de prazo, pois, segundo as informações, o desembaraço depende de esclarecimentos solicitados à impetrante. Remessa *ex officio*. Apelação. Reforma da sentença, para cassação da segurança (Juízo Federal da Sétima Vara). AMS 75.812-SP.



**Imposto de Consumo.** Matéria-prima. Imposto inicialmente pago ao ser adquirida a matéria-prima, deverá ser deduzido à época do recolhimento do dito imposto sobre o produto já acabado. Superada a controvérsia jurisprudencial em face da superveniente Lei nº 4.502, de 1964, cujo art. 125 não deixa dúvidas quanto ao direito do fabricante a essa dedução. Segurança confirmada. AGMS 59.352-SP.

**Imposto de Importação.** Entrada de mercadoria no território nacional autorizada para finalidade de exposição. Regime de entreposto aduaneiro. Suspensão do recolhimento dos tributos devidos. Alienação posterior da mercadoria, com o pagamento dos tributos, como calculados, inicialmente, quando de sua entrada no território nacional. Revisão do ato. Exigência de pagamento complementar, com base no valor do dólar fiscal vigente na ocasião em que submetida a despacho a mercadoria, pela sua nacionalização, decorrente da aquisição pela impetrante. Improcedência da revisão, pois os tributos devidos, cujo recolhimento ficara suspenso, foram calculados, regularmente, segundo a legislação vigente, quando da ocorrência do fato gerador, inaplicável à hipótese a regra do art. 23 do Decreto-Lei nº 37, de 1966. AMS 74.572-SP.

**Imposto de Importação.** Havendo a Lei nº 4.670, de 12 de julho de 1965, determinado a incidência do imposto na importação de fertilizantes, na base de 5% *ad valorem*, exigível era, também, a taxa de despacho aduaneiro. Não aplicável, na hipótese, o Verbete 133 da Súmula da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, editado anteriormente à Lei 4.670, de 1965. AG 33.838-SP.

**Imposto de Renda.** Restituição. Decadência. O prazo para pleitear a restituição de imposto indevidamente pago, de 5 anos, é de decadência, pelo que não se interrompe nem suspende, sendo irrelevante, para tanto, a decisão administrativa que indeferiu a pretensão manifestada pelas autoras, não sendo exigível prévio requerimento na via administrativa. Decorridos 5 anos do pagamento do imposto, consumada ficou a decadência. AC 41.115-PR.

**Juros de Mora.** Em face da superveniência da Lei nº 5.421/68, que regulou inteiramente a matéria, não o reproduzindo, não subsiste o limite de 30%, quanto aos juros de mora, estabelecido pela Lei nº 4.862/65. Precedentes do Tribunal Federal de Recursos. Agravo de instrumento. Provimento. Reforma da decisão agravada, para que a novo cálculo se proceda. AG 38.944-SP.

**Mandado de Segurança.** Admite-se a tempestividade, para julgamento no mérito, quando não consta dos autos a data em que o impetrante teve ciência do ato impugnado. AMS 77.243-RN.

**Mandado de Segurança.** Ato declaratório de devedor remisso. Deferimento, para que não se apliquem sanções administrativas. Remessa *ex officio*. Apelação. Provimento, em parte, a fim de serem excluídas dos efeitos da segurança as operações com estabelecimentos oficiais de crédito, vinculados à União Federal,

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

os quais, como os de natureza particular, podem escolher livremente e selecionar a sua clientela. AMS 81.951-SP.

**Mandado de Segurança.** Concurso, realizado em 1974, para provimento do cargo de Juiz Substituto da Justiça Federal. Aprovação dos candidatos que, tendo obtido, em cada uma das provas, escrita e oral, média igual ou superior a cinco (5), alcançaram a média geral, incluída a nota de títulos, igual ou superior a sete (7), nos termos do art. 33 do Regulamento, ao qual deu cumprimento o Conselho da Justiça Federal. Segurança impetrada por candidatos que obtiveram média geral superior a seis (6). Legalidade do ato impugnado. Critério rigoroso, mas não ilegal. Inexistência de fato novo, a influir no julgamento. Sem aplicação à hipótese a regra do art. 42 do novo regulamento, que fixou em seis (6) a média geral para aprovação. Declaração dos impetrantes, no ato da inscrição, no sentido de que tinham conhecimento, aprovavam e se submetiam às prescrições constantes do edital. Denegação da segurança. MS 75.608-DF.

**Mandado de Segurança.** Contra ato do Presidente da Federação Gaúcha de Futebol, filiada à confederação Brasileira de Desportos (CBD), subordinada ao Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão do Ministério da Educação e Cultura. Competência da Justiça Federal de primeira instância para decidir sobre a admissibilidade do *mandamus*. AG 38.596-RS.

**Mandado de Segurança.** Contra ato judicial. Ação impetrada contra despacho que ordenou a sustação de inquérito judicial trabalhista. Nos termos do imposto no art. 897, letra *b*, da CLT, cabível, na espécie, o recurso de agravo de instrumento. Impetração não conhecida. MS 74.476-RS.

**Mandado de Segurança.** Contra o Instituto Nacional de Previdência Social. Competência da justiça federal para seu processo e julgamento (Constituição, artigo 125, inciso VIII). Não se aplica, na hipótese, a regra do parágrafo 3º do mencionado dispositivo constitucional. AGMS 79.665-RS.

**Mandado de Segurança.** Contratos de promessa de compra e venda entre o Instituto Nacional de Previdência Social e seus segurados. Inclusão da cláusula de correção monetária. Ilegalidade da inclusão da cláusula. Deferimento de segurança. Anulação dos contratos para que outros sejam assinados. Remessa *ex officio*. Apelação. Reforma da sentença, em parte, para, mantida a validade dos contratos, ser excluída a cláusula impugnada, por indevida a correção monetária. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos. AMS 79.556-RJ.

**Mandado de Segurança.** Denegação. Apelação. Recebimento. Falta de preparo no prazo legal. Deserção. Agravo de instrumento. Conhecimento. Improvimento. O fato de haver o patrono da agravante se ausentado da sede do Juízo, a serviço profissional, segundo alegou, não impedia que um dos seus colegas de escritório,



um deles também constituído advogado da agravante, comparecesse ao cartório para efetuar o preparo no prazo legal. AG 38.515-BA.

**Mandado de Segurança.** Havendo os interessados dado cumprimento à existência do Dr. Juiz Federal, no sentido de que apresentassem, na execução, novas procurações, atualizadas, nas quais outorgaram, novamente, poderes para receber e dar quitação e levantar depósitos referentes a direitos trabalhistas, não se justificava, na hipótese, a recusa de expedição do alvará em nome do procurador devidamente habilitado, muito embora louvável, em princípio, o propósito do despacho impugnado. Concedida a segurança, para esse fim, fica prejudicada a questão sobre a validade da cláusula contratual em que se fixaram os honorários advocatícios. MS 76.405-RJ.

**Mandado de Segurança.** Impetrado por agentes fiscais de tributos federais, aposentados, contra ato omissivo do Ministro da Fazenda, relativamente ao critério adotado para pagamento do aumento de 30%, concedido pelo Decreto-Lei nº 1.348, de 1974, aos servidores públicos federais ativos ou inativos. Não conhecimento da impetração, preliminarmente, pela incompetência do Tribunal Federal de Recursos, pois a ilegalidade argüida decorria de ato normativo da diretoria-geral do departamento de pessoal, que expedira instruções aos delegados estaduais do Ministério da Fazenda. MS 77.191-DF.

**Mandado de Segurança.** Imposto de renda. Pagamento de acordo com a declaração. Revisão definitiva, para glosa de dedução de doação a entidade constituída, sem caráter geral, para prestar assistência a empregados de determinada empresa ou do mesmo grupo de empresas. Legitimidade desse procedimento fiscal. Remessa *ex officio*. Conhecimento. Competência da Justiça Federal, na secção judiciária onde tem sede a autoridade coatora. Reforma da sentença, para cassação da segurança. REO 78.090-PR.

**Mandado de Segurança.** Propriedade industrial. Caducidade automática de registro, por não haver o seu titular, pessoa jurídica domiciliada no exterior, apresentado, no prazo legal, instrumento de mandato. Com os necessários poderes (Código da Propriedade Industrial, Lei nº 5.772, de 1971, artigos 96, 116 e 125). Deferimento do pedido, afastado o exame da argüição de inconstitucionalidade do artigo 125, por falta de prévia notificação à impetrante para que cumprisse a exigência legal. Remessa *ex officio*: conhecimento. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença, em sua conclusão, por haver a impetrante apresentado nova procuração, em forma legal, no prazo fixados pela autoridade administrativa (portaria nº 386, de 1973, itens I e II). AMS 75.353-RJ.

**Mandado de Segurança.** Requerido contra ato de autoridade estadual. A incompetência da Justiça Federal para processar e julgar a ação não pode ser afastada pela simples intervenção da União Federal. Não conhecimento do pedido

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

e suscitação de conflito negativo de competência perante o egrégio Supremo Tribunal Federal. MS 75.637-DF.

**Mandado de Segurança.** Servidor público (assistente jurídico) de quadro extinto do Ministério dos Transportes, cedido à Rede Ferroviária Federal S.A. Cômputo do tempo de serviço público estadual e municipal e de mandato eletivo estadual para o efeito de aposentadoria. Deferimento de segurança. Remessa *ex officio*. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença, de acordo com o voto do Ministro Relator. Rejeitada a preliminar de não conhecimento, por falta de capacidade postulatória do impetrante. AMS 78.498-SP.

**Marinha Mercante.** Taxa de Renovação. Lei nº 3.381, de 24/04/1958. Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante. Dec.-Lei nº 1.142, de 30/12/1970. Hipótese em que, sobre não haver ocorrido dissídio jurisprudencial na interpretação do direito, os acórdãos em confronto (AMS 70.887 e 68.121) foram proferidos pela mesma turma julgadora. Desconhecimento. RR 1.708-SP.

**Militar.** Ex-combatente. Ação Ordinária. Participação de operação bélica. Reforma. Lei nº 5.315. Neurose ansiosa. Incapacidade definitiva, impossibilitando o autor de prover os meios de sua subsistência. Carência de ação. Rejeição. Procedência, em parte, do pedido, para promoção a cabo e reforma nessa situação. Proventos atrasados. Juros de mora, a partir da citação. Remessa. Apelação. Tempestividade. Provimento, em parte, da interposta pelo autor, para lhe ser reconhecido o direito à promoção a cabo, e à promoção, pela incapacidade verificada, ao posto de segundo sargento, graduação imediata, para esse efeito, *ex vi* do artigo 10º do Decreto-Lei 8.795, além das vantagens previstas no parágrafo único do mesmo dispositivo legal. Precedentes do Tribunal Federal de Recursos. Primeira Turma. AC 40.729-RJ.

**Militar.** Promoção a cabo. Licenciamento após nove anos e dois meses de serviço ativo na Força Aérea Brasileira. Considerado o autor “incapaz, definitivamente, para o serviço militar, total e permanentemente inválido para qualquer trabalho, sem poder prover os meios de subsistência, nem exercer atividades civis, sendo alienado mental”. Interdição judicial. Perícia médica. Diagnóstico definitivo do perito oficial: epilepsia psíquica, alienação mental. Procedência da ação. Reforma do autor com proventos correspondentes aos vencimentos do posto de terceiro sargento, com direito ao auxílio-invalidez. Remessa *ex officio*. Apelação. Conhecimento. Confirmação da sentença. Inaplicável, na hipótese, a restrição prevista no mencionado dispositivo legal, *in fine*. AC 40.397-RJ.

**Militar.** Promoção. Transferido o militar para a reserva, na vigência da Lei nº 4.902/65, não tem direito de promoção ao posto superior, mas apenas à percepção dos respectivos proventos. Inexistência de direito adquirido, se ao autor, na data da promulgação desta lei, não reunia os requisitos para a promoção, ao ser transferido para a reserva. Constitucionalidade do art. 59 da referida lei. AC 36.341-RJ.\*



**Militar.** Reforma. Alienação. Nulidade do processo. Pleiteando o autor retificação de sua reforma, sob fundamento de ser alienado, havendo laudo da Junta Médica de Saúde, que assim concluiu, anula-se o processo, a fim de ser regularizada a sua representação. AC 36.651-RJ.\*

**Militar.** Reforma. Promoção. Não reunindo os autores, na data da Lei nº 4.902, de 1965, os requisitos necessários às suas reformas, incidiu o art. 57, deste diploma, com a substituição do direito a promoção, decorrente das denominadas leis de guerra, pelos proventos do posto ou graduação a que seriam promovidos, de acordo com as mesmas. AC 39.688-GB.

**Moeda Falsa.** Introdução em circulação no sul do Brasil. Quadrilha organizada com esse objetivo. Comprovadas a autoria e a materialidade do delito, praticado em prolongamento de infrações penais anteriores julgadas pelo Tribunal. Confissão, prova pericial e prova testemunhal. Procedência da denúncia. Apelação. Reforma da sentença, em parte, para, confirmada a procedência da ação, ser reduzida de três anos e seis meses para três anos e dez dias de reclusão a pena imposta ao apelante. ACR 2.819-SP.

**Opção de Nacionalidade.** Definitiva. Filho de mãe brasileira, nascido em Damasco, na Síria. Deferimento, por haverem sido atendidas as exigências legais. Remessa *ex officio*. Conhecimento. Confirmação da sentença. REO 46.352-RJ.

**Opção de Nacionalidade.** Manifestada por filho de mãe brasileira. Transcrição do assento de nascimento no registro civil para prova provisória. Reiteração definitiva dentro de quatro anos após alcançada a maioridade. Confirmação da sentença. Porquanto atendidas as exigências legais. REO 42.135-SP.

**Opção de Nacionalidade.** Provisória. Brasileira. Menor relativamente incapaz, com assistência legal. Transcrição do assento de nascimento no registro civil. Deferimento do pedido. Remessa *ex officio*. Conhecimento. Confirmação da sentença, porquanto atendidas as formalidades legais. REO 46.115-RJ.

**Opção de Nacionalidade.** Provisória. Brasileira. Transcrição dos assentos de nascimento no registro civil. Conversão do julgamento em diligência para que o mandato seja outorgado por instrumento público com poderes para ratificação dos atos praticados. REO 42.715-RJ.

**Previdência Social.** Ação Ordinária proposta pelo INPS contra o DER-PB. Contribuições não recolhidas. Levantamento pericial. Juros e correção monetária. Procedência, em parte, da ação. Os servidores de Estado-membro que não gozem de regime previdenciário próprio são segurados do INPS. Precedentes do Tribunal Federal de Recursos. Confirmação da sentença. AC 34.238-PB.

**Previdência Social.** Aposentadoria previdenciária. Revisão dos proventos. Empregado de sociedade de seguros de acidentes do trabalho. Extinção das

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

comissões, que passaram a integrar o salário. Rescisão do contrato de trabalho através da Justiça competente, que fixou o salário a que tinha direito o autor. Cálculo do salário de contribuição com base no *quantum* assim estabelecido. Procedência da ação. Apelação. Improvimento. AC 38.399-MG.

**Previdência Social.** Aposentadoria. Remessa *ex officio*. Da sentença contrária ao INPS, não cabe a remessa *ex officio*, decorrente do duplo grau de jurisdição. Procedência da ação que se confirma, diante do laudo pericial, e dos numerosos exames realizados pelo INPS, durante mais de seis anos, reconhecendo ser o autor portador de tuberculosa pulmonar, e ainda, da circunstância de não haver este obtido a Carteira de Saúde, indispensável à sua volta ao trabalho, em exame efetuado na Secretaria de Saúde do Estado. AC 41.405-MG.\*

**Previdência Social.** Aposentadoria. Revisão dos proventos, de acordo com a legislação do imposto de renda. Ilegalidade do ato. Devem ser calculados os proventos segundo as normas da legislação da Previdência Social. Procedência da ação. Apelação. Confirmação da sentença, que decidiu em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos. AC 40.308-SC.

**Previdência Social.** Condutor de veículo de tração animal. Trabalhador autônomo. Segurado obrigatório da Previdência Social. Cancelamento da inscrição e da aposentadoria, por suspeita de fraude não comprovada. Exercício regular da profissão, durante muitos anos, com recolhimento dos tributos devidos. Restabelecimento do benefício, com todos os direitos e vantagens dele decorrentes. Procedência da ação. Reforma da sentença, em parte, para exclusão da correção monetária, indevida na hipótese. AC 34.489-RS.

**Previdência Social.** Decisão da Junta de Recursos. Recurso para o Conselho de Recursos. Não se tratando de pessoal de autarquia, o prazo para sua interposição é contado, não da publicação no “Boletim de Serviço”, de divulgação interna, mas a partir da notificação, mediante aviso de recebimento, ou da publicação no “Diário Oficial” da União ou em outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido. Mandado de segurança. Deferimento. Remessa *ex officio*. Apelação da União Federal. Conhecimento. Improvimento. Confirmação da sentença. AMS 79.634-RJ.

**Previdência Social.** Ex-combatente. Aposentadoria. Não tem direito a se aposentar com as vantagens do art. 1º, da Lei nº 4.297/63, o segurado ex-combatente, que não contribuiu durante 36 meses sobre o efetivamente percebido, na forma do disposto pelo § 1º, do mesmo dispositivo. AC 41.182-SP.\*

**Previdência Social.** Ministro evangélico vinculado, como segurado facultativo, à Previdência Social. Direito ao abono de permanência em serviço, porquanto atendidas as exigências legais. Decisão unânime, nesse sentido, do Conselho



de Recursos da Previdência Social, Terceira Turma, confirmada pelo Pleno. Competência da Justiça Estadual, no Foro do domicílio do segurado. Procedência da ação, em parte, juros de mora e honorários de advogado, na base de 15%. Excluída a correção monetária, à falta de previsão legal. Agravo de instrumento, quanto à matéria de competência, e apelação interpostos pelo INPS. Improvimento. Confirmação da sentença, pelos seus fundamentos. AC 42.175-SP.\*

**Previdência Social.** Pensão. Conduzindo as provas colhidas, nas diligências realizadas para fiscalização do INPS, bem como as rasuras existentes na carteira de trabalho, do falecido marido da autora, à inexistência dos invocados contratos de trabalho e a indícios de fraude, confirma-se a improcedência da ação, na qual se pleiteia pensão, negada pela autarquia. AC 41.094-MG.

**Previdência Social.** Revisão de cálculo de proventos de aposentadoria especial, com base no efetivo salário de contribuição. Devem ser considerados os aumentos decorrentes de promoções reguladas por normas gerais da empresa e aumentos outros obtidos por acordos intersindicais devidamente homologados. Procedência da ação, excluída a correção monetária. Confirmação da sentença. AC 33.421-MG

**Previdência Social.** Trabalhadores rurais. Direito à aposentadoria por velhice ou por invalidez. Lei Complementar nº 11, de 5 de maio de 1971. Decreto nº 73.617, de 12 de fevereiro de 1974. Procedência da ação, excluída a correção monetária. Provedimento, em parte, da apelação. AC 43.757-MG.

**Propriedade Industrial.** Pedido de privilégio de invenção depositado na vigência do Decreto-Lei nº 7.903, de 1945, que considerava patenteáveis os processos de fabricação de medicamentos. Indeferimento do pedido, em face do novo Código da Propriedade Industrial (Lei nº 5.772, de 1971), que não admitia o privilégio (artigo 9º, alínea c). Mandado de segurança. Denegação. Apelação. Improvimento. Inexistência de direito adquirido à concessão da patente, nos termos da lei anterior, em cuja vigência se pedira o depósito. Simples expectativa de direito, que podia ser atingida pela lei nova, de aplicação imediata, com incidência nos processos em curso (art. 117). Precedente da Segunda Turma. AMS 76.555-RJ.

**Reclamação Trabalhista.** Arquivamento. Não comparecimento das partes. Pedido de reconsideração, quando já decorreram prazo superior a dois anos. Atendimento. Procedência do pedido. Recurso ordinário. Provedimento. Reforma da sentença, para ser julgado prescrito o direito postulado. RO 1.987-MA.

**Reclamação Trabalhista.** Costureiras. Seguradas do INPS que prestavam serviços em sua residência ao estabelecimento regional de material de intendência da Terceira Região Militar (III Exército). Existência do vínculo empregatício. Despedida injusta. Direito aos benefícios legais. Procedência da reclamação, em parte, observada a prescrição bienal. Recurso ordinário. Confirmação da

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

sentença. Precedente da primeira turma (Recurso Ordinário nº 2.306 - RS, de 1977). RO 2.425-RS.

**Reclamação Trabalhista.** Desvio de função comprovado. Direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes do exercício de função superior daquela para a qual foi contratado. Recurso do autor provido, para incluir-se na condenação a correção monetária e recurso do INPS desprovido. RO 2.056-RJ.

**Reclamação Trabalhista.** Dispensa de empregado estável do INPS sem prévio inquérito administrativo ou judicial. Acumulação dos salários com proventos de inativo da Brigada Militar do Estado de procedência do pedido. Reintegração no emprego. Recurso ordinário. Improvimento. Confirmação da sentença. Estando em gozo de estabilidade, o reclamante não podia ser dispensado sem prévio inquérito. Embargos de divergência. Conhecimento. Rejeição. Confirmação do acórdão embargado. ERO 1.650-RS.

**Reclamação Trabalhista.** Equiparação salarial. Identidade de função entre a reclamante e a empregada paradigma. Procedência da reclamação. Diferenças salariais vencidas, juros e correção monetária. Recurso ordinário. Provimento. Reforma da sentença, por maioria de votos. Improcedência da reclamação. Trabalho de valor superior da empregada paradigma, admitida também para supervisionar, eventualmente, os trabalhos de outras perfuradoras-conferidoras e colaborar no treinamento dos estagiários. A equiparação salarial pressupõe a identidade de funções e que os trabalhos de um e de outro empregado tenham igual valor. RO 1.808-SP.

**Reclamação Trabalhista.** Procedência, em parte. Rescisão do contrato de trabalho. Não pagamento de férias e do décimo terceiro salário. Abandono do emprego não demonstrado. Correção monetária. Confirmação da sentença. RO 1.863-PE.

**Reclamação Trabalhista.** Quitação ampla, geral e irrevogável, inclusive em relação às vantagens pleiteadas na reclamação. Inexistência de fraude. Validade da quitação, assinada na presença de duas testemunhas. Improcedência do pedido. Recurso ordinário. Improvimento. Confirmação da sentença, por maioria de votos (Terceira Turma). Embargos de divergência. Resolução nº 14, de 1970, art. 4º). Conhecimento. Rejeição. RO 1.412-RJ.

**Reclamação Trabalhista.** Rescisão indireta do contrato de trabalho. Inadimplemento do empregador (C.L.T., artigo 483. alínea *d*). Procedência. Indenização devida. Recurso *ex officio*. Recurso ordinário. Improvimento. Confirmação da sentença. RO 2.016-RS.

**Reclamação Trabalhista.** Responsabilidade da União Federal pelos encargos da legislação do trabalho, co-sucedora da Rede Telefônica Sergipana, cujo acervo expropriou. Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 10 e 488. Precedentes. Reintegração convertida em indenização em dobro. Férias, salários



retidos e 13º salário proporcional. Procedência da reclamação. Reforma da sentença, em parte, para cálculo da indenização com base no salário percebido pela reclamante anteriormente à sua investidura na gerência comercial da empresa. RO 1.503-SE.

**Recurso em Sentido Estrito.** Interposto de despacho que não admitiu apelação dos acusados sem que se recolhessem à prisão. Concedido, anteriormente, *habeas corpus* aos recorrentes, para que aguardassem em liberdade o julgamento da apelação, é de se considerar prejudicado o recurso. RCR 355-PA.

**Recurso.** Processo em mesa para julgamento. Desistência, por ter havido transação pondo fim ao litígio. Homologação. AG 38.421-SP.

**Remessa Ex Officio.** Autarquia. Conselho Regional de Técnicos de Administração. Inscrição. Não se conhece da remessa *ex officio* se a sentença é contrária a uma autarquia. Confirma-se a sentença que condenou o Conselho Regional de Técnicos de Administração a inscrever o autor, diante da prova de haver este exercido a profissão de técnico de administração, durante período superior a cinco anos, na forma da Lei nº 4.769/65. AC 41.350-SP.\*

**Responsabilidade Civil.** Automóvel de motorista profissional destruído por composição da Rede Ferroviária Federal. Ação de indenização julgada procedente. Confirmação da sentença, porquanto o preposto da ré agira com imprudência, senão com maldade. Liquidação por arbitramento. Reforma da sentença, em parte, para redução da indenização ao valor dado pelo autor ao veículo, reajustamento da pensão de acordo com as alterações do salário-mínimo e cômputo de juros de mora, à taxa legal, a partir da data da citação. Divergência quanto aos lucros cessantes, fixados pela sentença com base no laudo do assistente técnico do autor. Embargos infringentes. Conhecimento. Rejeição. Confirmada a fixação dos lucros cessantes. EAC 39.394-CE.

**Servidor Público.** Admitido em Comissão de Estradas de Rodagem, do DNER, na categoria de pessoal de obras, regido pela legislação trabalhista, que adquiriu o status de funcionário público. Ilegalidade do ato de demissão. Pedido de reintegração julgado procedente. Confirmação da sentença. AC 36.954-MT.

**Servidor Público.** Readaptação em cargo de Procurador, de terceira categoria, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE). Comprovado o desvio funcional, deve o servidor submeter-se a prova de suficiência, ainda que portador de diploma de curso superior. EAC 34.303-CE.

**Tóxicos.** Tráfico. Denúncia julgada procedente. Julgamento de apelações cujo processamento havia sido suspenso, porquanto comprovada pela perícia médica a sanidade mental dos recorrentes, que se encontravam presos. Viagem em automóvel do Paraguai a Foz do Iguaçu. Dois casais, acompanhada uma das mulheres de sua filha menor. Apreensão no veículo de quatro quilos e meio de

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

cocaína e de uma balança. Oferecimento de recompensa em dinheiro (cinco mil dólares) às mulheres para participarem da operação. Antecedentes dos acusados varões, em harmonia com a prova, justificando a condenação. Insuficiência da prova quanto à responsabilidade das mulheres. Absolvição. Reforma, em parte da sentença. ACR. 2.829-PR.

**Transporte Marítimo.** Ação de indenização. Arguição de ilegitimidade passiva *ad causam*. Rejeição. Validade da citação, na pessoa do representante, que a recebeu sem ressalva. Procedência do pedido. Apelação. Não conhecimento. Apelação da ré. Improvimento. Confirmação da sentença. AC 43.246-SP.

**Transporte Marítimo.** Ação sumaríssima. Extravio de mercadoria. Responsabilidade do transportador. Desnecessidade do protesto judicial. Procedência do pedido. Juros de mora, custas e honorários de advogado, fixados em 20% sobre o valor da causa. Excluída a correção monetária, à falta de previsão legal. Apelação da ré e recurso adesivo da autora, quanto à correção monetária. Improvimento. Confirmação da sentença. AC 44.662-RJ.

**Transporte Marítimo.** Avaria. Procedência da ação de indenização, salvo em relação à vistoria cujo termo não fora assinado pelo representante da transportadora, embora presente à diligência. Apelação da autora. Provimento, em parte. AC 43.114-SP.